

Empresário: expectativa x realidade

Daniel Toledo (*)

Ser empresário não é a coisa mais simples do mundo como alguns pensam. Você vai ter que cuidar do seu negócio todos os dias, é como se fosse um filho que nunca cresce

Vai exigir também decisão e postura. Se quer conquistar o sucesso, é necessário se dedicar 100% e acreditar no seu sonho e esteja preparado, porque não é todo mês que vai ter dinheiro para pagar as contas. Esqueça essa história de salário, porque nem sempre ele virá, então tem que deixar uma caixa reserva. Por todos esses motivos citados acima, empresas abrem e fecham no mundo inteiro, o tempo todo, e nos Estados Unidos não poderia ser diferente.

Inclusive algumas que encerraram suas atividades são bem conhecidas pelos brasileiros. No Brasil, devido à crise, esse movimento foi ainda mais intenso, mas também sei de casos em que empresas aparentemente saudáveis, em Portugal, não operam mais. Mas porque será que isso acontece? Muitas vezes os donos são pessoas experientes dotados de ótima capacidade gerencial e intuitiva. Eu já ministrei palestras em seis países, e eu nunca aceito ter um tempo menor do que duas horas porque gosto de interagir com quem foi me ouvir. E durante algumas conversas, quando questiono para as pessoas por que elas querem abrir uma empresa, o que eu mais ouço são frases como “quero ganhar mais dinheiro”, “quero liberdade profissional”, “quero mais tempo para mim”, “quero mais possibilidade de estar com a minha família”. Serei muito sincero, empresários podem até me corrigir, mas as coisas não são exatamente assim.

Quanto mais eu me envolvo com os meus negócios, menos tempo eu tenho. E muitas vezes, se for olhar proporcionalmente, quanto mais projetos, menos eu ganho devido às despesas desses investimentos novos. As cobranças deixam de ser do seu “chefe”, e passam a ser do seu cliente, fornecedor ou parceiro de negócio. As pessoas iniciam um negócio com expectativas erradas, o que gera um monte de frustrações. Boa parte não está se quer preparada para lidar com pressões.

Enquanto você é empregado, muitas vezes, não tem a preocupação com folha de pagamento, imposto, terceiros, prestação de serviços, responsabilidade civil e uma série de questões que qualquer empresário tem. E quando você vai para outro país, essas questões se agravam porque muitas vezes as pessoas realmente não sabem o que fazer, e ainda tem que lidar com a barreira do idioma.

Então, precisa estar claro que este momento vai exigir muito mais do que você imagina. Pensando desta forma já é o primeiro passo para o

sucesso. Aceite e compreenda que não vai ser fácil, é preciso ter persistência, competência e auxílio profissional que irá orientar e direcionar. Presenciei dois casos em Madri, de dois brasileiros distintos, sem relação alguma, que abriram empresas, mas de forma totalmente inexperiente.

Um parceiro do nosso escritório de lá ofereceu para esses investidores 5 mil euros para cada um com o intuito de ajudar com toda a estruturação e obter as licenças necessárias. Eles preferiram economizar esse dinheiro e o negócio não durou nem oito meses. Precisaram lidar com muitas questões das quais não estavam acostumados e, lógico, não deram conta.

Há um ano atendi um desembargador aposentado do tribunal de justiça de São Paulo, que veio para Miami e quis abrir um negócio. Ele já possuía outras empresas, mas aqui preferiu se aventurar em outros segmentos e eu tive que ser honesto sobre o que poderia acontecer.

Com todo seu histórico de ser concursado e ter trabalhado sempre com a mesma coisa, desde sua formação, questioneei com todo respeito com a capacidade dele, sobre qual era sua experiência empresarial.

Ele me respondeu que não tinha nenhuma, então para que a gente não tivesse muitos riscos, eu aconselhei a adquirir uma franquia. Isso porque eu sempre penso em diversas oportunidades. Em casos que a pessoa não tem expertise, a franquia pode ser uma grande solução porque o sistema fornece todo o passo a passo de como funciona e do que é preciso fazer.

Além disso, há um suporte quando necessário. Com certeza você vai ganhar menos do que se abrisse um negócio próprio, mas se prefere iniciar uma atividade econômica sem ter amparo, consultoria e mentoria, a melhor opção para este cenário seria a franquia. Quando pensar em abrir um negócio, em empreender, seja no Brasil ou qualquer outro lugar, busque informação de pessoas que já estão no ramo, que conhecem e têm experiência para compartilhar.

Tenho escutado muito sobre coach e mentoria. Recentemente foi a uma palestra sobre o tema de um especialista que é realmente muito inteligente e atua de forma didática, mas ainda assim não achei que ele tem a expertise necessária para orientar um empresário, porque simplesmente ele nunca foi um, ou seja, tem apenas a teoria.

Então, se você for fazer alguma coisa, tenha cautela e tome cuidado. Faça o passo a passo, busque informações reais sobre o negócio, área e afins que possam te trazer uma certa estabilidade e não perder dinheiro.

(*) - É advogado especializado em direito internacional, consultor de negócios e sócio fundador da Loyalty Miami (<http://www.loyalty.miami>) ou contato@loyalty.miami.

OEA diz que mandato de Maduro é ilegítimo

A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou ontem (10) uma declaração conjunta na qual diz que não reconhece a legitimidade do novo mandato do presidente reeleito da Venezuela, Nicolás Maduro

A iniciativa ocorreu logo após a posse de Maduro, em Caracas. O mandato presidencial é de seis anos, no período de 2019 a 2025.

“Saúdamos o compromisso dos países das Américas reconhecendo como ilegítimo o regime de Nicolás Maduro. O povo da Venezuela não está sozinho, seguimos trabalhando para recuperar a democracia, os direitos e as liberdades de todos”, afirmou o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, via sua conta pessoal no Twitter.

O Conselho Permanente da OEA se reuniu ontem para discutir a situação de Maduro e da Venezuela. A declaração foi aprovada com 19 votos a favor, 6 contrários, 8 abstenções e 1 ausência. O Brasil votou favoravelmente à medida. Ao lado da Venezuela ficaram Bolívia e Nicarágua, entre outros países.



Maduro foi eleito ano passado e houve uma abstenção avaliada em torno de 60%.

No começo do mês, o Grupo de Lima, formado por 14 países, inclusive o Brasil, aprovou manifestação semelhante, na qual recomenda Maduro transmita o

poder para a Assembleia Nacional, que assumirá o compromisso de promover novas eleições.

Maduro foi eleito ano passado e houve uma abstenção avaliada

em torno de 60%. A oposição, que comanda a Assembleia Nacional da Venezuela, levantou dúvidas sobre a legitimidade do processo eleitoral na época (ABR).

Proposta torna crime o porte de documento falso

Projeto na Câmara pretende criminalizar o porte de documento falso. O texto acrescenta dispositivo ao Código Penal, que atualmente trata apenas do uso de documento falso. Segundo o autor da proposta, deputado Delegado Waldir (PSL-GO), hoje o Código Penal é interpretado de forma restritiva, exigindo a efetiva utilização ou apresentação do documento falso para que se consuma o crime. A pena prevista é de dois a seis anos de prisão, mais multa.

Delegado Waldir argumenta ainda que o porte da Carteira Nacional de Habilitação falsificada já é equiparado pela jurisprudência ao crime de uso de documento falso, entendimento que deve ser estendido para qualquer situação. “O fato de uma pessoa portar uma documentação falsa indica que tem como objetivo a prática de um ato contrário à lei, fato que deve ser punido”. A proposta tramita na Câmara e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça antes de seguir para o Plenário (Ag. Câmara).

Prioridade para 2019 é implementar o Plano Nacional de Educação

Aprovado pelo Congresso Nacional em 2014 e com vigência de 10 anos, o Plano Nacional de Educação (PNE) é uma das prioridades para este ano, na opinião de deputados que atuam na área. Implementado de forma desigual, o PNE já conseguiu, por exemplo, que cerca de 92% das crianças entre quatro e cinco anos tenham acesso à educação infantil. A meta era universalizar esse item até 2016, o que só deve acontecer em 2024.

Outras metas, no entanto, estão bem distantes de serem cumpridas. No item que trata da formação de jovens e adultos integrada à educação profissional, o índice está muito abaixo do previsto até 2024. A meta é oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, com cursos profissionalizantes. Em 2015, o percentual era de 3%, mas esse índice caiu para 1,5% em 2017.

Para 2019, a expectativa é que o tema continue sendo discutido. Afinal de contas a educação envolve 49 milhões de estudantes, baixos índices



Um dos grandes problemas é o alto índice de evasão escolar entre os alunos de 15 a 17 anos.

de aprendizagem e quase três milhões de crianças e jovens fora da escola. O deputado Aliel Machado (PSB-PR) é integrante da Comissão de Educação da Câmara. Ele garante que o maior desafio é implementar o PNE.

“Entendeu as particularidades, os problemas da educação desde o nível básico até a educação superior. Com a execução do PNE nós resolveríamos, pelo menos em parte, os problemas educacionais do Brasil. Acontece que com a crise econômica, nós estamos naufragando na tentativa de implementação do PNE e as metas ali estabe-

lecidas não serão possíveis por vários fatores, um deles, talvez o principal, a retirada de recursos. Sem dinheiro não dá para fazer política pública”, avaliou.

A evasão escolar e o aprendizado deficiente têm maior impacto entre as famílias mais pobres, onde os alunos frequentam escolas sem estrutura que garanta a qualidade do ensino. Outro grande problema da educação no Brasil é o alto índice de evasão escolar entre os alunos de 15 a 17 anos, faixa na qual 15% deles não vão à escola (Ag. Câmara).

Novas regras para imigração estão em análise no Senado

O anúncio da retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração, assinado por 150 países da ONU, feito esta semana pelo presidente Jair Bolsonaro, vai na contramão de algumas propostas que tramitam no Senado para facilitar a vida de imigrantes estrangeiros no país e de brasileiros no exterior. Outras, mais restritivas, buscam dar resposta às demandas causadas pelas últimas levadas de refugiados recebidas pelo Brasil, como é o caso dos venezuelanos, especialmente no estado de Roraima.

Mais alinhado com a iniciativa da ONU, projeto do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) dispensa a autorização de residência prévia para emissão de visto temporário para estrangeiros que venham para o Brasil. O projeto tenta resgatar um dos pontos do texto da Lei da Migração, em parte alterada pelo decreto que o governo do ex-presidente Michel Temer editou para regulamentá-la. Para o senador, o ideal seria que a gestão dos pedidos de vistos se concentrasse nos consulados, evitando custos e burocracia. Já uma proposta do senador



Abrijo de refugiados venezuelanos em Boa Vista, recebeu 100 pessoas vindas da fronteira.

Armando Monteiro (PTB-PE) visa beneficiar o outro lado da história: brasileiros que querem trabalhar no exterior. Empresas nacionais ou estrangeiras que atuem no Brasil poderão ter facilitada a transferência ou contratação desses brasileiros para missões ou trabalhos fora do país. O projeto busca atualizar a legislação vigente para desonerar a contratação desses funcionários.

No entender do relator, senador Jorge Viana (PT-AC), a legislação atual contribui para

a perda de postos de trabalho especializados, prejudica a internacionalização das empresas nacionais e retira oportunidades de cidadãos brasileiros, que antes eram transferidos por suas próprias empresas para o exterior, o que já não ocorre atualmente devido a encargos extras e insegurança jurídica. “Para cada brasileiro que conseguir trabalhar numa empresa brasileira no exterior, certamente são vagas que se abrem aqui no Brasil”, destacou o senador (Ag. Senado).

Trump cancela participação em Fórum de Davos

O presidente norte-americano, Donald Trump, cancelou ontem (10) sua participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. “Por causa da intransigência dos Democratas sobre a segurança nas fronteiras e a grande importância da segurança do nosso país, eu estou respeitosamente cancelando minha importantíssima viagem a Davos para o Fórum Econômico Mundial. Meus calorosos cumprimentos e sinceras desculpas”, escreveu o mandatário no Twitter.

Segundo o secretário do Tesouro norte-americano, Steve Mnuchin, outros membros do governo irão comparecer à reunião. Trump paralisou parcialmente o governo desde o último dia 22, devido ao impasse com o Partido Democrata, que não aceita destinar US\$ 5,7 bilhões para a construção de um muro ao longo da fronteira com o México no orçamento de 2019.

O Fórum Econômico ocorre entre os próximos dias 22 e 25, em Davos, e terá reuniões entre chefes de Estado, que discutirão sobre formas de promover cooperação econômica internacional. Entre os presentes estará o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro (ANSA).

Decisão de Toffoli mantém votação secreta para Mesa do Senado

O Senado manterá votação secreta na eleição para os cargos da Mesa Diretora no início de fevereiro. A liminar do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, em dezembro do ano passado, para determinar o voto aberto foi derrubada pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, na última quarta-feira (9).

Para Toffoli, que atendeu a um pedido do próprio Senado, a mudança implicaria decisão monocrática (individual) que interfere em questão interna da Casa prevista em regimento, ferindo sua autonomia, uma vez que “inexiste necessidade de controle externo sobre a forma de votação adotada para sua formação”.

O mandato de segurança com pedido de voto aberto

nas eleições do Senado havia sido protocolado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), autor de projeto de resolução para acabar com o voto secreto de senadores nas eleições para presidente e vice-presidente da Casa, secretários e suplentes da Mesa Diretora e presidentes e vices das Comissões. No texto, Lasier destacou a necessidade de obediência aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência.

O presidente do Senado Eunício Oliveira, que posteriormente recorreu da decisão do STF pelo voto aberto, reconheceu o direito de Lasier de propor uma modificação no Regimento Interno, mas afirmou que o projeto tramitaria conforme as regras (Ag. Senado).